

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Ano de 2010

### 1. Introdução

A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, doravante designada por Agência, cumpriu em 2010 o segundo ano do seu mandato. Neste segundo ano da sua actividade, a acção da Agência concentrou-se na análise dos processos de acreditação preliminar, sendo os resultados discutidos com todas as instituições, e foi preparado o lançamento dos primeiros procedimentos de avaliação/acreditação formal que incidem sobre os ciclos de estudo que na sequência da acreditação preliminar não apresentaram evidência suficiente do cumprimento dos padrões mínimos de qualidade.

Durante este período foi completado o primeiro ciclo de creditações prévias das propostas de novos ciclos de estudos apresentados pelas instituições para 2010/11 e completou-se a fase de preenchimento electrónico dos pedido de novos ciclos de estudos para 2011/12.

A Agência, com o Conselho Consultivo e com os organismos representativos das instituições de ensino superior, procedeu à discussão sobre a implementação dos sistemas internos de garantia da qualidade, à discussão sobre os indicadores de desempenho a utilizar nos processos de avaliação/acreditação dos cursos e à discussão sobre as modalidades de participação dos estudantes nos processos de avaliação/acreditação.

Todas as indicações recolhidas durante este período confirmam que a opção pelo preenchimento electrónico dos formulários foi determinante do êxito da operação do sistema de avaliação/acreditação, não se tendo verificado qualquer problema significativo na utilização da plataforma da Agência. De facto, sem a informatização total do sistema teria sido impossível lidar de forma eficiente com o número muito elevado de ciclos de estudo em análise.

Por último, durante este período procedeu-se à transferência da Agência para instalações mais funcionais, o que só se tornou possível em 2010 face à necessidade de em 2009 dar prioridade absoluta ao início das operações da Agência, mesmo que em condições físicas que não eram as melhores.

## 2. A acreditação prévia de novos ciclos de estudos

Os pedidos de acreditação de novos ciclos de estudos a iniciar no ano lectivo 2010/11, em número de 327, foram analisados na sua totalidade com os seguintes resultados (Tabela 1):

**Tabela 1 – Resultados da acreditação de novos ciclos de estudos, 2011/12**

<b>Acreditação prévia de NCE submetidos em 2009</b>		
<b>Processos submetidos:</b>	<b>327</b>	
Com decisão do CA:	<b>327</b>	<b>100%</b>
Favorável:	167	51%
Favorável com condições:	36	11%
Desfavorável:	124	38%
Decisões contrárias às CAEs:	21	6%
A favor da IES:	6	2%
Em desfavor da IES:	15	5%
Recursos:	13	10%
<b>Ensino Universitário:</b>	<b>203</b>	
Com decisão do CA:	<b>203</b>	<b>100.0%</b>
Favorável:	110	54%
Favorável com condições:	20	10%
Desfavorável:	73	36%
Decisões contrárias às CAEs:	16	8%
A favor da IES:	5	2%
Em desfavor da IES:	11	5%
<b>Ensino Politécnico:</b>	<b>124</b>	
Com decisão do CA:	<b>124</b>	<b>100%</b>
Favorável:	57	46%
Favorável com condições:	16	13%
Desfavorável:	51	41%
Decisões contrárias às CAEs:	5	4%
A favor da IES:	1	1%
Em desfavor da IES:	4	3%

O processo de apresentação dos pedidos de acreditação de novos ciclos de estudos para o ano lectivo 2011/12 ficou concluída em 15 de Dezembro de 2010, uma vez que por solicitação dos órgãos representativos das instituições de ensino superior foi solicitado à Agência o adiamento do prazo inicialmente proposto para fim de Novembro. No entanto o andamento da entrega dos pediso não justifica de forma alguma este adiamento (ver Tabela 2).

**Tabela 2 – Ritmo de entrega dos processos**

Data	Processos entregues
3 de Dezembro	2 processos
6 de Dezembro	1 processo
7 de Dezembro	1 processo
10 de Dezembro	17 processos
13 de Dezembro	17 processos
14 de Dezembro	65 processos
15 de Dezembro	326 processos

Esgotado o prazo verificou-se a entrega de 431 propostas, sendo 228 do ensino universitário e 163 do ensino politécnico. Quanto à natureza dos novos ciclos, 71 propostas eram relativas a primeiros ciclos, 281 a segundos ciclos e 79 a terceiros ciclos. Estes números traduzem uma aumento de cerca de 30% em relação ao ano anterior, o que poderá ser explicado pela publicação da Portaria que regulamenta a formação de professores para as áreas profissionais e pelas estratégias das instituições no sentido de racionalização das ofertas formativas (mais 335 ciclos de estudo foram cancelados nesta fase). Uma informação mais detalhada sobre os processos entregues é apresentada na Tabela 3.

Para a próxima ronda de pedidos de acreditação de novos ciclos de estudos a Agência vai propor a fixação de um prazo até 31 de Outubro, por forma a antecipar a data da comunicação das decisões finais correspondendo assim ao desejo manifestado pelas instituições de verem fixados anualmente os *numerus clausus* dos cursos o mais tardar em Maio.

**Tabela 3 – Novos ciclos de estudos submetidos a acreditação prévia**

Pedidos de acreditação prévia de NCE - 431
Pedidos correspondentes a ensino universitário - 268
Ensino universitário público - 166
Associação entre instituições - 8
Ensino universitário privado - 99
Associação entre instituições - 6
Associação entre instituições universitárias públicas e privadas - 3
Pedidos correspondentes a ensino politécnico - 163
Ensino politécnico público - 106
Associação entre instituições - 7
Ensino politécnico privado - 49
Associação entre instituições - 4
Associação entre instituições universitárias e politécnicas públicas - 6
Associação entre instituições universitárias e politécnicas privadas - 2
Pedidos correspondentes ao grau de Licenciado - 71
Ensino universitário público - 12
Ensino universitário privado - 21
Ensino politécnico público - 23
Ensino politécnico privado - 15
Pedidos correspondentes ao grau de Mestre - 281
Ensino universitário público - 97
Ensino universitário privado - 58
Ensino politécnico público - 84
Ensino politécnico privado - 33
Associação entre ensino universitário e ensino politécnico privado - 2
Associação entre ensino universitário e ensino politécnico público - 6
Associação entre ensino universitário público e privado - 1
Pedidos correspondentes ao grau de Doutor - 79
Ensino universitário público - 57
Ensino universitário privado - 20
Associação entre ensino universitário público e privado - 2

### **3. Acreditação preliminar de ciclos de estudos em funcionamento**

Como estava previsto, o prazo para recepção dos pedidos relativos à acreditação preliminar dos ciclos de estudos em funcionamento terminou em Abril deste ano. De acordo com os dados recebidos da Direcção Geral do Ensino Superior estavam registados, pelas instituições integradas no sistema de ensino superior, mais de 5000 ciclos de estudos, isto na contagem mais recente efectuada. Foi pedido às instituições que submetessem a acreditação, de entre os ciclos de estudo aprovados e registados de acordo com o regime anterior, os que pretendessem manter em funcionamento no futuro, naturalmente demonstrando também dispunham das

condições e requisitos, designadamente no respeitante a pessoal docente, para o efeito. Terminado o prazo verificou-se que as instituições apresentaram o pedido de acreditação preliminar em relação a 4 376 ciclos de estudos (Tabela 3).

A partir do preenchimento dos Guiões pelas instituições foi construída uma base de dados, relativamente a cada instituição e a cada ciclo de estudos. Entretanto tendo em vista o desenvolvimento deste processo, a Agência promoveu a elaboração do estudo intitulado “Indicadores de Desempenho para Apoiar os Processos de Avaliação e Acreditação de Ciclos de Estudos”, com base no qual se promoveu a discussão com as instituições dos indicadores de desempenho e respectivos padrões a utilizar, nesta fase, na avaliação/acreditação de ciclos de estudos. Informaticamente, procedeu-se á construção dos indicadores de desempenho para cada curso, os quais serviram de base para o processo de triagem estabelecido.

Os resultados deste exercício foram discutidos individualmente com cada instituição, aproveitando-se essa discussão para se chamar a atenção para a existência de alguns ciclos de estudos que dificilmente poderiam cumprir os padrões mínimos para acreditação. Dessa discussão resultou desde logo a eliminação de mais 335 ciclos de estudo em funcionamento (ver Tabela 4) por decisão voluntária das instituições

***Tabela 4 – Cursos em funcionamento submetidos a acreditação da A3ES***

		<b>1.º ciclo</b>	<b>M. Integrados</b>	<b>2.º ciclo</b>	<b>3.º ciclo</b>	<b>Total</b>
<b>Lista inicial de cursos</b>	Total	1 669	138	2 004	568	4 379
<b>Cursos descontinuados</b>	Uni.	76	1	146	36	259
	Poli.	38	-	38	-	76
	Total	114	1	184	36	335
<b>Cursos para acreditação</b>	Uni.	125	8	90	59	282
	Poli.	85	-	54	-	139
	Total	210	8	144	59	421
<b>Cursos com acreditação preliminar</b>	Total	1 345	129	1 676	473	3 623

Em resultado deste processo, verifica-se a separação dos ciclos de estudos referidos em dois grupos. O primeiro compreende os ciclos de estudo com

acreditação preliminar até à entrada em funcionamento estabilizado do sistema de avaliação e acreditação, a partir do início do ano lectivo 2011/2012. O período de vigência desta acreditação preliminar é variável, sendo determinada pela ordem que vier a ser estabelecida para a avaliação/acreditação dos ciclos de estudo em funcionamento no ciclo de cinco anos que terá início em Outubro de 2011.

O segundo grupo inclui os ciclos de estudos que na sequência do processo de acreditação preliminar não evidenciem elementos que permitam, desde logo, um juízo positivo quanto ao cumprimento dos padrões mínimos de qualidade, os quais serão objecto de uma avaliação/acreditação detalhada entre Outubro de 2010 e Outubro de 2011. Estes ciclos de estudos serão objecto, nos termos regulamentares, da reabertura do procedimento de acreditação e submetidos a um processo formal de avaliação/acreditação por uma Comissão de Avaliação Externa, integrando peritos estrangeiros, que visitarão a instituição por forma a elaborar um relatório que fundamente as deliberações, favoráveis ou não, do Conselho de Administração. Este exercício dará lugar a um dos seguintes resultados: “Acreditação, por um período de 5 anos”, “Acreditação condicional, por um período inferior a 5 anos” ou “Não acreditação”.

Serão, assim, objecto, nesta fase, da referida avaliação/acreditação, 421 ciclos de estudo, sendo 210 primeiros ciclos, 8 mestrados integrados, 144 segundos ciclos e 59 terceiros ciclos (ver Tabela 3). O processo de preenchimento dos respectivos Guiões decorre até 15 de Fevereiro de 2011.

#### **4. Os sistemas internos de garantia da qualidade**

Como se referiu nos planos de actividades da A3ES para 2009 e 2010, a Agência adopta o princípio de que a responsabilidade pela garantia da qualidade cabe, antes de mais, a cada instituição de ensino superior, que deverá criar as estruturas e os procedimentos internos apropriados para promover e garantir a qualidade das suas actividades. Competirá à Agência a realização de auditorias tendo em vista a certificação dos procedimentos internos de qualidade das instituições.

Com este objectivo, foi desenvolvido o estudo *Análise Comparativa dos Processos Europeus para a Avaliação e Certificação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade*, que foi apresentado ao CRUP, CCISP e APESP, e amplamente publicitado, no decurso do 1º Trimestre de 2010, para efeitos de auscultação das instituições de ensino superior sobre o modelo de auditoria a adoptar em Portugal. Durante o período de auscultação, que decorreu até Setembro, foram realizadas mais de três dezenas de conferências em instituições que o solicitaram. Após esse período, o estudo foi finalizado tomando em consideração os comentários recebidos

e foi preparada a sua publicação em livro<sup>1</sup> e em formato electrónico, a qual se viria a concretizar em inícios de 2011.

Como parte desse estudo, a Agência adoptou um conjunto de referenciais para os sistemas internos de garantia da qualidade, formulados como proposições não prescritivas que descrevem as principais características de um sistema de garantia da qualidade bem desenvolvido e consolidado. Esses referenciais não foram concebidos para serem considerados como padrões absolutos, mas sim como orientações que possam auxiliar as instituições na concepção e desenvolvimento dos seus sistemas internos de qualidade, a partir dos mecanismos e procedimentos de que já disponham e de acordo com o perfil e as necessidades específicas de cada instituição, tendo como principal objectivo contribuir para a interiorização de uma cultura da qualidade na instituição.

Na sequência desse trabalho, a Agência começou a desenvolver um manual para as auditorias institucionais, com base num conjunto de pressupostos, expressos no estudo, que foram bem aceites pelas instituições. Prevê-se que o processo de auditoria se possa iniciar no decurso do ano escolar de 2011/12, numa base experimental e em regime de voluntariado por parte das instituições.

A Agência tem igualmente bem presente a importância do seu próprio sistema de garantia interna da qualidade, razão pela qual, nomeadamente, se tem submetido, por sua própria iniciativa, ao acompanhamento crítico das suas actividades por parte de um grupo de reputados especialistas estrangeiros (o Conselho Científico, referido no ponto 7 do presente relatório de actividades).

Como trabalho prévio de preparação para garantir a sua adequação aos padrões europeus (os *European Standards and Guidelines* – ESG), a Agência preparou um outro estudo, sobre o tema *Sistemas Internos de Garantia da Qualidade nas Agências de Avaliação e Acreditação*, que aborda três tópicos principais:

- uma análise em profundidade sobre dos requisitos dos ESG que se aplicam às agências, com uma focalização especial no padrão 3.8, relativo à garantia interna da qualidade nas próprias agências;
- as tendências europeias sobre a forma como as agências encaram os seus mecanismos internos de qualidade, incluindo 32 estudos de caso correspondentes à totalidade das Agências registadas no EQAR e algumas outras que são particularmente representativas na Europa;
- uma apreciação do grau de conformidade da A3ES com as Partes 2 e 3 dos ESG, compreendendo uma análise particularmente detalhada dos mecanismos internos de qualidade da Agência, em que se avançam sugestões de aperfeiçoamento nos casos em que possa não existir ainda uma conformidade total com os padrões.

---

<sup>1</sup> Esta é a publicação nº 1 da série *A3ES Readings*, destinada à publicação de estudos temáticos ou transversais sobre a garantia da qualidade no ensino superior.

O estudo conclui que, apesar de a A3ES ter sido constituída muito recentemente, compara já razoavelmente bem com as outras agências europeias, apresentando um grau de conformidade com os ESG, sintetizado na Tabela 5, que é pelo menos equivalente ao de diversas agências que foram aceites no EQAR.

**Tabela 5 – Posicionamento da A3ES em relação aos ESG.**

<b>Padrão</b>	<b>Grau de conformidade</b>	<b>Áreas para desenvolvimento</b>
Padrão 2.1	Substancial	O processo de auditoria institucional.
Padrão 2.2	Substancial/Total	Elaboração de estudos de impacto das avaliações.
Padrão 2.3	Total	
Padrão 2.4	Substancial	Procedimentos formais de <i>follow-up</i> .
Padrão 2.5	Total	<i>Feedback</i> sobre a utilidade dos relatórios.
Padrão 2.6	Parcial	Procedimentos formais de <i>follow-up</i> .
Padrão 2.7	Total	
Padrão 2.8	Substancial	Elaboração de estudos transversais de síntese.
Padrão 3.1	Substancial	As identificadas nos padrões 2.1 a 2.8.
Padrão 3.2	Total	
Padrão 3.3	Total	
Padrão 3.4	Substancial	Financiamento dos custos de estrutura. Política formal de formação contínua do pessoal.
Padrão 3.5	Substancial	Declaração (integrada) de missão.
Padrão 3.6	Total	
Padrão 3.7	Substancial	Procedimentos formais de <i>follow-up</i> . Política formal de formação contínua do pessoal.
Padrão 3.8	Parcial/Substancial	Aspectos de formalização. Em termos de substância, existe uma conformidade substancial.

## **5. A participação dos alunos e das Ordens profissionais na acreditação**

Consciente da importância da questão, mas também da controvérsia que pode suscitar, a Agência promoveu a discussão do relatório sobre “Participação dos Estudantes na Avaliação das Instituições de Ensino Superior Portuguesas: um contributo para a sua definição”, estudo que foi também objecto de apreciação pelo seu Conselho Consultivo. Na sequência dessa discussão, concordou-se em que deverá ser lançado um exercício experimental de participação dos alunos nas Comissões Externas de Avaliação tendo por base a participação voluntária das instituições. Os resultados deste exercício experimental servirão para uma tomada de decisão sobre a forma de participação dos alunos uma vez estabilizado o sistema de avaliação/acreditação.



Quanto à participação das Ordens profissionais, tendo em consideração o disposto, designadamente no número 1 do artigo 13.º da Lei 38/2007, de 16 de Agosto, na alínea a) do n.º 6 e no n.º 7 do artigo 7º do Decreto-Lei 369/2007, de 5 de Novembro, ela tem consistido, no essencial, na emissão de pareceres, por parte das mesmas, sobre a acreditação de novos ciclos de estudos em áreas relevantes para o âmbito de actuação de cada Ordem. Assim, a deliberação a proferir sobre a acreditação de cada um desses ciclos de estudos, terá em consideração, para além da recomendação da respectiva Comissão de Avaliação Externa, o parecer da Ordem em causa.

## **6. Conclusão do processo de constituição dos órgãos da Agência**

Já em 2010 o Conselho de Curadores concluiu o processo de constituição o Conselho de Revisão, o único órgão da Agência que não tinha entrado em funcionamento em 2009. O Conselho de Revisão é constituído pelos seguintes membros:

Juiz Conselheiro Manuel Fernando dos Santos Serra (Presidente)

Professor João Alcindo Pereira Martins e Silva

Professor Dionísio Afonso Gonçalves

Dra. Andrée Sursock

Dr. Pádraig Walsh

O Juiz Conselheiro Manuel Serra foi Presidente do Supremo Tribunal Administrativo. O Professor Martins e Silva foi durante diversos anos Director da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. O Professor Dionísio Gonçalves foi presidente do Instituto Superior Politécnico de Bragança. A Dra. Andrée Sursock, doutorada pela Universidade de Berkeley é presentemente Senior Adviser da European University Association. O Dr. Pádraig Walsh preside à Agência de Avaliação da Irlanda.

Foi ainda decidido reforçar o Conselho de Administração para fazer face ao previsível aumento do volume de trabalho com a implementação dos primeiros processos de acreditação e dos sistemas internos de garantia da qualidade. Por esse motivo, o Conselho de Curadores nomeou o Professor Sérgio Machado dos Santos como Administrador Executivo.

## **7. Relatórios do Conselho Científico**

A Agência A3ES integra um órgão especializado, o Conselho Científico, constituído por peritos internacionais em Políticas do Ensino Superior, ao qual se solicita a

elaboração de um relatório anual sobre o trabalho desenvolvido pela A3ES e contendo recomendações para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema. Por razões práticas (a realização de uma reunião para preparação de um livro a editar na Palgrave) a reunião para análise do trabalho de 2010 teve lugar apenas em Fevereiro de 2011. O relatório do Conselho Científico é apresentado no Anexo 1 e será um contributo que a A3ES terá em conta na preparação do trabalho para 2011.

## **8. Internacionalização**

A Agência tem continuado a desenvolver as acções que promovem a sua internacionalização, nomeadamente participando nas actividades promovidas pela ENQA. Assim, em 2010 tiveram lugar as seguintes acções:

- 1) Visita à Agência irlandesa de avaliação da qualidade, o Irish Universities Quality Board.
- 2) Participação no ENQA workshop “Quality Assurance and Learning Outcomes”, Julho, Viena.
- 3) Participação no Seminário ENQA, “Internal Quality Assurance – Enhancing Quality Culture, Junho, Londres.
- 4) Participação no European Quality Assurance Forum, Building bridges - making sense of QA in European, national and institutional contexts, Novembro, Lyon.
- 5) Participação na Conferência anual do Consortium of Higher Education Researchers, realizada na Universidade de Oslo, 10-12 Junho.
- 6) Participação na Conferência anual do EAIR (European Association for International Education), Valência, 1 a 4 de Setembro.
- 7) Participação na Conferência bianual do IMHE (OCDE), realizada em Paris, 13 a 15 de Setembro.
- 8) Participação (convidada) na Conferência do Council for European Studies, Montreal, 15 a 17 de Abril.
- 9) Participação (convidada) na Conferência da European Science Foundation “ERA and the Bologna Process: implementation problems and the human resource factor”.

A Agência participa, ainda, no projecto de investigação IBAR financiado pela Comissão Europeia, sobre a análise da existência de barreiras à implementação das European Standards and Guidelines, e no projecto liderado pela ENQA sobre práticas de elaboração de relatórios de avaliação, com a identificação de boas práticas e a definição de padrões para os diversos tipos de relatórios.

## **9. Publicações**

1. Amaral, A. and Rosa, M.J. (2010), "Recent Trends in Quality Assurance",

*Quality in Higher Education*, 16.1, 59-61.

2. Cardoso, S.; Santiago, R. e Sarrico, C. (2010). Atitudes estudantis face à avaliação das instituições de ensino superior, *Avaliação: Revista da Avaliação do Ensino Superior* (Brasil), 15.3, 29-58
3. Carvalho, T.; Machado, M. L. (2010). Gender and shifts in higher education managerial regimes: examples from Portugal. *Australian Universities' Review*, 52. 2, 33-42.
4. Machado, M.L. e Sá, M.J. (2009-2010). "Em busca da excelência no ensino superior: inquérito à satisfação dos estudantes em Portugal", *Revista da Faculdade de Educação/Universidade do Estado de Mato Grosso*, Ano VII, nº 11 (Jan./Jun.), 97-114.
5. Melo, A., Sarrico, C.S. and Radnor, Z. (2010). The influence of performance management systems on key actors in universities: the case of an English university. *Public Management Review* 12: 2, 233-254.
6. Monteiro, J.M. e Sarrico, C.S. (2010). A caminho de uma escola com mais qualidade: auto-avaliação de uma escola básica aplicando a CAF. *TMQ Qualidade*. 1, 214-230.
7. Sarrico, C.S. (2010). On performance in higher education: towards performance governance? *Tertiary Education and Management* 16: 2, 145-158.
8. Sarrico, C.S., Rosa, M.J., Teixeira, P.N. and Cardoso, M.F. (2010), "Assessing Quality and Evaluating Performance in Higher Education: Worlds apart or complementary views?", *Minerva*, Vol. 48, 35-54.
9. Tavares, D., Rosa, M.J. and Amaral, A. (2010), "Does the EUA institutional evaluation programme contribute to quality improvement?" *Quality Assurance in Education*, 18.3, 178-190.
10. Amaral, A. (2010). "Tendências recentes dos sistemas de avaliação do ensino superior na Europa". *Sísifo*, 12, 51-62.
11. Fonseca, M. (2010), "2010: Acreditação Ano Zero. Os Sistemas Internos de Garantia de Qualidade das Instituições de Ensino Superior em Portugal", (Publicação electrónica) [http://www.a3es.pt/sites/default/files/SIGQ\\_IES\\_PT.pdf](http://www.a3es.pt/sites/default/files/SIGQ_IES_PT.pdf)

#### Capítulos de Livros

1. Amaral, A. and Rosa, M.J. (2010), "Trans-National Accountability Initiatives. The Case of the EUA audits". In Stensaker, B. and Harvey, L. (eds), *Accountability in Higher Education. Global Perspectives on Trust and Power*, New York, Routledge, pp. 203-220.
2. Machado, M. L.; Meira Soares, V.; Gouveia, O. (2010) The Study of Academic Job Satisfaction and Motivation: an Ongoing Study in Portuguese Higher Education. In

*Global Business & Economics Anthology*, B&ESI Volume II, Issue 2, pp 242-246. (GBEA), ISSN: 1553-1392

3. Taylor, J.S. & Machado, M.L. (2010). "Leading Strategic Change in Higher Education: The Need for a Paradigm Shift toward Visionary Leadership," in Claes, T and Preston, S. (eds.), *Frontiers in Higher Education*. Amsterdam, Netherlands. At the Interface Series, 167-194.
4. Teixeira, P. (2010) Higher Education between the masses and the market: An outsider's reflections about trends in quality assurance, in Blättler et al (eds) *Creativity and diversity: Challenges for quality assurance beyond 2010*; European University Association
5. Teixeira, P. and Amaral, A. (2010); Portuguese Higher Education: More Competition with less Market Regulation? in Roger Brown (ed.) *Higher Education and the Market*, Routledge.
6. Vucasovic, M. and Sarrico, C.S. (2010). Inequality in Higher Education: Definitions, Measurements, Inferences. In: GOASTELLEC G (Eds), *Understanding Inequalities in, through and by Higher Education*. Sense Publishers: Rotterdam, pp 1-16.
7. Amaral, A., (2010), "Impacto del aseguramiento de la calidad en la eficacia formativa." In *Calidad de los egresados, responsabilidad institucional ineludible*, Seminario Internacional, Santiago de Chile, pp. 37-48.

#### Conferências

1. Seventeenth International Conference of the Council for European Studies, Montreal, Canada, 15-17 de Abril, 2010. Apresentação: "The European Higher Education Area: Various Perspectives on the Complexities of a Multi-Level Governance system", Alberto Amaral e Amélia Veiga.
2. ESF Explanatory Workshop on: Human resources for research: perspectives and tendencies for researchers, career expectations and job satisfaction in the European Research Area. Institute for Research on Population and Social Policies. Rome on 26-27 April 2010. Key-note: "ERA and the Bologna process: implementation problems and the human resource factor". Alberto Amaral.
3. Doing More with Less, IMHE Conference, Paris, 13 a 16 de Setembro. Apresentação: Democratization of Access and Success in Higher Education: A reflection on the realities of Portugal and Brazil. Diana Tavares, Claisy Araújo-Marinho, Leandro Almeida e Alberto Amaral.
4. European Quality Assurance Forum, Building bridges - making sense of QA in European, national and institutional contexts, Novembro, Lyon. Apresentação: Students' Participation in the Assessment of Portuguese Higher Education

- Institutions: a contribution to its definition. Sónia Cardoso, Sérgio Machado dos Santos e Alberto Amaral.
5. Conferência anual do Consortium of Higher Education Researchers, realizada na Universidade de Oslo, 10-12 Junho. Apresentação: The impact of quality assessment in Portuguese universities: students' perceptions. Sónia Cardoso, Rui Santiago e Cláudia Sarrico.
  6. Conferência anual do Consortium of Higher Education Researchers, realizada na Universidade de Oslo, 10-12 de Junho. Apresentação: Higher education quality assessment: an account of intended purposes and observed effects. Cláudia Sarrico e Maria João Rosa.
  7. Conferência anual do Consortium of Higher Education Researchers, realizada na Universidade de Oslo, 10-12 de Junho. Apresentação: An examination of Academic Job Satisfaction and Motivation in Portuguese Higher Education. Machado Taylor et al.
  8. Conferência anual do EAIR (European Association for International Education), Valência, 1 a 4 de Setembro. Apresentação: The EUA Institutional Evaluation Programme: an account of institutional best practices. Maria João Rosa, Diana Tavares, Alberto Amaral e Sónia Cardoso.
  9. Universidade de Freiburg (Alemanha) – Maio de 2010 Conferência/workshop de Verão do Grupo de Trabalho do Ensino Superior da DeGEval (Deutsche Gesellschaft für Evaluation) sobre métodos de avaliação do desempenho da investigação nas Ciências Sociais, alternativos aos métodos bibliométricos, a partir da experiência Suíça. (Madalena Fonseca)
  10. Curso de Doutoramento em Geografia na Universidade de Lisboa. Conferência/aula a 2 de Junho de 2010 (convite): “A Geografia do Ensino Superior em Portugal – breve retrato - O Ensino Superior em Mapas e em Números”. Madalena Fonseca.
  11. Encontro sobre “Sistemas de Gestão da Qualidade no Ensino Superior” do Instituto Português de Qualidade (IPQ) - Comissão para a Educação e Formação (CS11). Caparica, 20 de Outubro de 2010. Comunicação: “ 2010: Acreditação Ano Zero. Os Sistemas Internos de Garantia de Qualidade das Instituições de Ensino Superior em Portugal”. Madalena Fonseca.

## TESES

Orlanda Tavares – As Escolhas dos Estudantes no Acesso ao Ensino Superior Português. Processos e Racionalidades.

Amélia Veiga – Bologna and the Institutionalisation of the European Higher Education Area.

## **10. Instalações definitivas e pessoal**

Foi concretizada a mudança das instalações da Agência, como planeado, para um edifício de escritórios, localizado na Praça de Alvalade, em Lisboa. A Agência pode assim dispor de uma área de 610,00 m<sup>2</sup> que beneficia de excelentes acessos.

Quanto ao pessoal procedeu-se à substituição da Dr.<sup>a</sup> Cláudia Sarrico que se transferiu para o Instituto Superior de Economia e Gestão da UTL pela Dr.<sup>a</sup> Amélia Veiga, requisitada à Universidade do Porto.

## **11. Nota final**

A Agência tem desempenhado o seu papel sempre em estreita ligação com as instituições de ensino superior, quer directamente, quer indirectamente através das suas organizações representativas, nomeadamente CRUP, CCISP e APESP, bem como com os estudantes, ordens profissionais e empregadores representados no Conselho Consultivo. Esta forma de actuar tem permitido ajustar a actuação da Agência de acordo com as informações recolhidas e as sensibilidades dos diferentes parceiros, do que resulta, por vezes, uma adaptação e adequação dos processos previstos nos sucessivos planos de actividades.

De entre as alterações introduzidas entendemos ser relevante chamar a atenção para as alterações que foram introduzidas no procedimento de acreditação preliminar. Inicialmente estava previsto que a análise dos ciclos de estudos em funcionamento daria lugar a três situações possíveis: uma primeira correspondendo a uma acreditação preliminar, uma segunda de ciclos de estudos que deveriam passar imediatamente por um processo de avaliação/acreditação e uma terceira de ciclos de estudos que deveriam ser imediatamente descontinuados. No decorrer do processo verificou-se que as instituições optaram por descontinuar voluntariamente um número significativo de ciclos de estudos (335) pelo que o processo foi ajustado eliminando-se a terceira situação de ciclos de estudo a descontinuar de imediato que deixou de se justificar devido à atitude extremamente responsável assumida pela generalidade das instituições.

O Conselho de Administração,

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

## 2<sup>nd</sup> Report of the Scientific Council to A3ES

### Meeting of 2<sup>nd</sup> of February 2011

The Scientific Council hereby submits its second report to A3ES. Once again, we are grateful for the hospitality and engagement that met us at A3ES, and for the detailed discussions on the activities and challenges facing the agency. We see the repeated invitation to join in the discussions as a sincere attempt to bring about change and improvement in higher education in Portugal, and are honoured to take part in this process.

Our report follows the outline of last year's report. First, we would like to acknowledge the activities of A3ES that we think are very promising and relevant for higher education in Portugal. Second, we allow ourselves to bring to the table a number of issues and suggestions which we hope can provide inspiration and reflection within A3ES. We make these recommendations in the knowledge that we as foreigners may have an insufficient understanding of the many factors that may hinder or stimulate the improvement of the sector, and that quality improvement – in essence – is a responsibility of those closest to the action.

### Commendations

Although the agency is very young, we already notice a spirit of engagement and entrepreneurship within it. One sign of such engagement is the swift and efficient way in which the agency has dealt with a great deal of work - measured in the number of accreditations undertaken. (More than 4,000 study programmes in all three cycles have been accredited in two years' time.) There is good reason to think that a key factor here is the technology-based accreditation platform, an innovation we commended in our last report, which seems to be continuing to provide added-value to the whole system. However, while technology certainly might play a central role, the influence of what seems to be a very thoughtfully selected cadre of staff, combining academic and administrative competence with a wealth of experience of the sector itself, should not be underestimated. That such competence is complemented by further training – often in close collaboration with staff from higher education institutions – is highly commendable. In sum, what has been created is an agency with capability, competence and, along with these qualities, sensitivity and adaptability, grounded in understanding of the higher education system.

Moving to a closely related theme, we admire and would like to give further encouragement to the reflective and research-driven approach of the agency, with respect to gaining knowledge of how the new system of quality assurance in higher education in Portugal is received within the sector. This curiosity-driven approach is not the most typical characteristic of quality assurance agencies in Europe, and demonstrates A3ES's readiness to take advantage of the opportunities for learning from experience both within and beyond its borders.

Building support for and involvement in the decisions facing the agency is one of the central conditions for developing a successful agency, and the systematic surveillance

by the staff of trends in QA in Europe provides a good knowledge base for any decisions taken. An example of this is the current study undertaken by Machado dos Santos on audit procedures in Europe. The Scientific Council believes that surveillance of this kind can also be considered as a vital part of a well-functioning internal quality assurance system; systematic interest in what happens in the rest of Europe is perhaps one of the key drivers for more reflective practices, and for constantly questioning existing procedures and processes.

We have seen further evidence of the agency's commitment to building trust and support in the sector in the number of conferences, seminars and also meetings with individual institutions they have held throughout Portugal.

The dual approach to the establishment of trust through systematic analysis and research and close engagement with the sector, (already commented upon in the Scientific Council's first report) has been sustained and seems already to be bearing fruit and to have been of value to A3ES in meeting the challenge presented by the preliminary accreditation process. We have learned how it successfully, and deftly, managed to accommodate the existing standards and rules in a way that allowed for the closure of a significant number of programmes with little or no chance of meeting the requisite quality standards, without recourse to formal accreditation procedures that might have been both costly and painful.

A3ES now is considering adopting an audit procedure as an alternative/complementary method to accreditation. This has much to recommend it, not least in the light of European lessons of diminishing returns when evaluation methods become too standardised and routinised. Since the higher education system in Portugal is highly diversified and includes some institutions that have already established systems for internal quality assurance, installing a more flexible and user-oriented system that takes this into account, is commendable. We also think a more experimental approach to audit is a good idea, although such a step does require some thoughts on the contextual factors influencing the success of such an approach. Hence, in the next section we give some recommendations and reflections as to how this might be implemented.

## **Recommendations**

This section lays out some more detailed reflections, and some recommendations as to how A3ES may develop further activities in relation to the planned audit piloting project. Some other minor issues are also addressed in the end of the section.

### *The challenging relationship between quality audits and quality culture*

The Scientific Council noticed that much mention was made in our discussions and in the A3ES documents of developing a "quality culture" in Portuguese higher education institutions. The ambition of encouraging a commitment to quality in all activities of higher education institutions through external audits is admirable. However, we wonder whether the initial scope of the new audit approach is perhaps unrealistically broad. New national policies in Portugal on research evaluation/funding and on the use of performance-based contracts are likely to create powerful incentives for improving a number of institutional processes of interest, including research



management. Yet, given the increasing adoption among EU countries of higher education policies emphasising research productivity, university rankings, bibliometric measures, economic development etc., most countries are discovering that the greatest challenge is how to create effective incentives for the assurance and improvement of academic standards in degree programmes. A key question is therefore how to develop a robust culture of quality in teaching and student learning at all three degree levels within higher education institutions.

A strong case may be argued for teaching and student learning to be the primary focus within an audit process geared towards developing a quality culture. Such a focus would also be more consistent with the shift from a systematic review of all degree programmes to a “lighter touch” audit regime, since to do so responsibly will require evidence that higher education institutions have in place effective processes for assuring the academic standards of their academic programmes.

#### *Going beyond institutional QA-systems based on “student satisfaction surveys”*

Strengthening institutional processes for evaluating and improving the quality of teaching is a critical priority in most EU countries. As in other countries, so in Portugal the most commonly reported QA procedure is “student satisfaction surveys.”<sup>2</sup> However, while the adoption and use of student surveys of instruction can contribute to improving instruction, they have their limitations. Research suggests that student ratings of teachers may be affected by students’ conventional views of what constitutes good teaching, by class size and by grading/marking leniency (thus encouraging grade inflation/compression and the decline of academic standards).<sup>3</sup> From a conceptual perspective, moreover, student satisfaction surveys measure short term satisfaction with teaching rather than long term satisfaction with learning. Over time the ritualistic employment of such surveys may paradoxically lead to less attention being paid to improving teaching and student learning. In our view, A3ES has much to gain from experimenting with external reviews that do not highlight a single mechanism for evaluating teaching, but rather encourage higher education institutions, as in the process of research itself, continually to seek more valid, reliable and effective means of assessing and improving education, by including mechanisms such as peer evaluations of teaching, external reviews of course syllabi, validation of student assessments plus student and alumni interviews etc..

#### *Assessing Learning Outcomes and Improving Student Learning*

Improving instruction is important, of that we are convinced. Yet, the ultimate social benefits of higher education are what students actually learn from their academic programmes. Learning outcomes increasingly figure in Europe-wide developments in higher education. For this reason, some subject assessments and accreditations as well as academic audit procedures have been criticised for focusing insufficiently on the improvement of student learning and/or failing to provide incentives for higher education institutions and programmes to develop effective measures of learning outcomes. When improving its subject accreditation reviews and developing the

---

<sup>2</sup> Fonseca, M. (2011) Higher Education Accreditation in Portugal: Year Zero 2010. Paper presented at the Third International RESUP Conference: Reforming Higher Education and Research, Sciences Po – Paris, 29 January.

<sup>3</sup> McKeachie, W. J. (1997) Student ratings: The validity of use. *American Psychologist*, 52(11):1218-1225.

academic audit process it envisages, A3ES may wish to study the methods particularly of those subject accreditation agencies that have achieved a firm track record for focusing their criteria and reviews successfully on student learning and on the assessment of learning outcomes. Among them, it may care to note the accreditation process of the Teacher Education Accreditation Council (TEAC) in the USA, the accreditation and quality processes of the General Medical Council in the UK, and the ABET international accreditation process in applied science, computing, engineering, and technology.<sup>4</sup> These external reviews all appear strongly to emphasise a culture of evidence-based decision-making within institutions directly applied to the improvement of teaching, student learning and academic programmes. Accordingly they place much weight on assessing the validity and reliability of institutional measures and mechanisms to ensure the quality of teaching and student learning. Given the research strength A3ES marshals, one project that might be envisaged in the year ahead is to investigate in depth how higher education institutions interpret – and what they understand by – “learning outcomes”, and, further, how such representations relate to broader objectives that concern both qualification frameworks and internal quality assurance systems.

#### *Design options within an audit approach*

The Scientific Council applauds the initiative to develop an audit approach in the higher education system in Portugal. The recent A3ES exercise of benchmarking internal quality assurance processes is for this reason a valuable contribution.<sup>5</sup> However, while a number of studies suggest that subject-oriented external quality assurance is able to provide incentives for improving academic quality<sup>6</sup>, the evidence supporting the benefits of a comprehensive academic audit process as it is outlined on pages 98-102 of the Machado dos Santos report (2011) is perhaps less clear.

Given that an audit approach ought to be designed to take full account of the needs of higher education and the diverse institutional landscape in Portugal, we would suggest that A3ES consider the “frame of reference for internal quality assurance systems” (Machado dos Santos, 2011: 8.1.1) as working hypotheses for the development of an academic audit process. A3ES may wish to think about some pilot testing with a sample of Portuguese institutions as a way to experiment with a preliminary model of academic audit. This would provide an opportunity to evaluate the results of these “pilot” tests and make the necessary adjustments to the audit

---

<sup>4</sup> E. El-Khawas, The Teacher Education Accreditation Council (TEAC) in the USA (pp., 37-54) and L. Harvey, The Accreditation and Quality Processes of the General Medical Council in the UK (pp. 249-274). In Dill, D. D. and Beerkens, M., *Public Policy for Academic Quality: Analyses of Innovative Policy Instruments*. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2010.

[Prados, J. W.](#), [Peterson, G. D.](#), [Lattuca, L. R.](#) (2005) Quality Assurance of Engineering Education through Accreditation: The Impact of Engineering Criteria 2000 and Its Global Influence, *Journal of Engineering Education*, 94(1): 165-184.

Volkwein, J., Lattuca, L. R., Harper, B. J., and Domingo, R. J. (2007) Professional Accreditation On Student Experiences And Learning Outcomes, *Research in Higher Education*, 48(2): 251-282.

<sup>5</sup> Machado dos Santos, S. (2011) *Comparative analysis of European processes for assessment and certification of internal quality assurance systems*, A3ES.

<sup>6</sup> See for example: Dill, D. D. and Beerkens, M., *Public Policy for Academic Quality: Analyses of Innovative Policy Instruments*. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2010.

model before fully implementing the audit procedure. An organically developed model of academic audit which is appropriate to the specific needs of Portuguese higher education and *informed* rather than *determined* by the experience of other systems, is, we believe, most likely to lead on to an audit procedure that is successful and useful.

Considerable weight should, we suggest, be placed on the focus of the audit process. The proposed frame of reference, as we have had cause to note, is highly comprehensive. To put in place mechanisms for each of the 10 references runs, however, the risk of distracting institutions from the basic task of developing and strengthening the core QA processes which are necessary if the academic standards of their study programmes are to be assured. Whilst we take the view that the 10 References are indeed valid indicators and highly relevant in a longer term perspective, A3ES may even so wish to consider setting priorities within these 10 References and introducing them stepwise and incrementally into the audit process rather than including them all from the outset. Thus, for instance, the first wave of audits might focus on References 2&3, which are most closely associated with assuring the quality of study programmes. Later audits might then successively add further References as planned.

Such a way of implementing the audit approach is, we believe, consistent with A3ES' commitment to the principle that the higher education institutions are themselves responsible for assuring the quality of their own academic programmes, a stance we support strongly. This implies, however, that institutions have certain processes to assure academic quality already in place. Hence, the major task is one of quality enhancement, to support institutions in strengthening and making existing processes for assuring the academic quality of study programmes more rigorous and more effective. The Scientific Council notes that over 48% of Portuguese institutions report having no internal quality assurance system. However, over 70% say they have mechanisms for assessing teaching and learning, monitoring teaching, assessing study programmes, assessing teachers, and student surveys (Fonseca, 2011). This suggests some disagreement or at least a degree of uncertainty in Portugal as to what the term "internal quality assurance system" means. To avoid creating an overweening "quality bureaucracy" and a no less undesirable "culture of compliance," we would suggest A3ES consider concentrating on a review of processes already common to, and well understood by, all or almost all of its institutions, when designing its academic audit procedure.

A useful example of an audit process focused on assuring academic standards in study programmes is the system of quality audit developed by the Quality Assurance Council (QAC) of Hong Kong.<sup>7</sup> Since the main objective of the Hong Kong audits is to ensure the quality of student learning, they focus on several processes higher education establishments already have in place. Amongst them: processes of programme development and approval; programme monitoring and review; curriculum design; programme delivery, including resources, teaching mode, and student learning; assessment; teaching quality and staff development. Auditors evaluate these processes at the institutional level. They then confirm the degree of

---

<sup>7</sup> See *Audit Manual*, Hong Kong Quality Assurance Council:  
<http://www.ugc.edu.hk/eng/doc/qac/publication/auditmanual.pdf>

effectiveness by assessing influence and impact on the quality of teaching and student learning in a sample of study programmes within each institution.

*Some minor points bearing on the administration of, and activities within, A3ES*

In the course of our discussions, the Scientific Council learned that some institutions misunderstood how the appeals process worked. While we are well aware of the close attention A3ES is paying to this issue, we would strongly recommend that the legal framework of the appeals process be clarified or revised, if only to rule out the possibility that higher education institutions perceive it as an opportunity to secure rapid re-accreditation.

Follow-up of evaluations already carried out has been a challenge to many quality assurance agencies in Europe. Since A3ES is currently considering the introduction of an audit approach a major question follows. It is this: how is the agency to follow up such audits? So long as the audits have not been activated, this issue is not of pressing immediacy. Even so, we think it wise to begin weighing up ways and means by which the impacts an audit may have on higher education may be optimised.

Despite its currently limited capacity for disseminating, diffusing and bringing its activities to the attention of the public, A3ES ought not to underestimate the degree of interest the public might have in its work. Both the research the agency carries out, and the results its activities achieve are key to its public standing. They are also of great promise in raising public awareness and interest in the nation's system of higher education to a higher level.

The Scientific Council was informed that A3ES will start to monitor how higher education institutions are fulfilling their performance contracts. This activity has the welcome potential of providing the Agency with a more stable financial base. It is commendable on that account. However, the Council is concerned lest monitoring activity such as this give rise to tensions as to the exact role the Agency plays in the Portuguese higher education system. The Council is of the view that extreme care to maintain the Agency's independence—vis-à-vis both the Ministry and higher education institutions—is a matter requiring constant vigilance as the prime condition of its role as “honest broker”.

These are our collective views and conclusions. We submit them to you for your earnest consideration. In doing so, we wish once again to express our heartiest appreciation for the spirit of openness, commitment and firm resolution for the future in which the Secretary General of A3ES and his colleagues engaged in discussion with us.

We remain

Yours truly

David Dill  
Emeritus Professor  
University of North Carolina Chapel Hill

Mary Henkel  
Professor Associate  
Brunel University, Uxbridge, UK

Guy Neave  
Emeritus Professor  
CHEPS, University of Twente, the Netherlands

Bjørn Stensaker  
Professor  
University of Oslo, Norway

Don Westerheijden  
Senior Research Fellow  
CHEPS, University of Twente, the Netherlands